

## Capítulo III

Os trabalhadores e o sindicato

Leôncio Martins Rodrigues

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

RODRIGUES, LM. Os trabalhadores e o sindicato. In: *Industrialização e atitudes operárias: estudo de um grupo de trabalhadores* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009, pp. 92-118. ISBN: 978-85-7982-022-9. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

---



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

### III OS TRABALHADORES E O SINDICATO

Antes de passarmos à análise das atitudes do grupo estudado ante o sindicato, convém retomar algumas considerações feitas anteriormente. Para os fins que interessam a este capítulo, o primeiro ponto a ser destacado e a visão *instrumentalista* que os operários têm da Empresa Automobilística. Ela é avaliada em termos das oportunidades que oferece para a concretização dos projetos de melhoria de vida e o de ascensão social. O segundo ponto relaciona-se à remuneração do trabalho. Vimos que não só a grande maioria dos entrevistados considera o salário recebido como “justo” como também o concebe como uma troca recíproca de obrigações. Os operários consideram que é de interesse da própria companhia pagar-lhes um salário adequado em decorrência dos altos lucros que, forçosamente, uma grande empresa deve auferir. Este ponto constitui um dos elementos centrais para que se entenda a medíocre importância que assume o sindicato na vida desses trabalhadores. *É patente que o salário – bem como outras vantagens que os operários valorizam – não aparece para o grupo como o resultado de uma pressão coletiva ou de uma ação sindical.* Assim sendo, consideram-no como inerente às indústrias do ramo. Ao nível da mera constatação dos fatos, assim é efetivamente. A indústria automobilística, como se sabe, instalou-se rapidamente, mercê dos estímulos e favores governamentais. Foi constrangida a encontrar e preparar operários especializados num mercado de trabalho relativamente carente de trabalhadores qualificados, tanto mais que a expansão do setor se acompanhava do crescimento da indústria de autopeças, aumentando a procura de mão de obra. As fábricas de veículos foram obrigadas a elevar os salários e oferecer outras vantagens a fim de atrair e selecionar operários num tipo de produção que requer certo grau de precisão, cuidados técnicos e, sobretudo, responsabilidade na execução das tarefas. Deste modo, desde o início, os salários pagos no ramo tenderam a manter-se em nível superior aos do conjunto da indústria paulista. Demais, em parte por razões de ordem técnica e, em parte, em função da política de relações humanas, a Empresa Automobilística orientou-se no sentido da promoção interna, do aproveitamento de seus próprios empregados para as novas vagas que se abriam na hierarquia da companhia. Os trabalhadores mais capazes e

mais antigos tiveram, destarte, efetivas possibilidades de ascensão que não ocorreram em outras indústrias e não soem acontecer neste mesmo ramo em outros países.<sup>1</sup> Estas *chances*, e provável, desaparecerão quando a indústria automobilística brasileira atingir sua maturidade. Porém, quando das entrevistas, a imensa maioria dos trabalhadores com algum tempo de casa já tinha obtido pelo menos uma promoção. A Empresa Automobilística põe em prática um sistema de promoção bastante escalonado e diversificado, de modo a possibilitar aos operários pequenas ascensões em períodos de tempo relativamente curtos, dando aos empregados a impressão de que estão em contínuo processo de elevação na hierarquia da empresa e que seus esforços são recompensados. Os dados abaixo mostram, sem necessidade de maiores comentários, como a partir de mais de um ano de casa a grande maioria dos entrevistados tinha tido pelo menos uma promoção.

Tabela 37: “Durante o período em que o Sr. trabalhou na Empresa Automobilística, o Sr. teve alguma promoção?”

Tempo de permanência na empresa	Sim %	Não %		Totais
Menos de um ano	27	73	(100%)	15
Um ano	77	23	(100%)	92
Dois anos	88	12	(100%)	8
Três anos	93	7	(100%)	15
Quatro anos	75	25	(100%)	12
Cinco anos	85	15	(100%)	13
Seis anos	–	–	–	–
Sete anos	100%	0	(100%)	1

O terceiro ponto a ser destacado – e para o qual não chamamos atenção nas páginas antecedentes – é a política de reajustamentos salariais da Empresa Automobilística. Esta adotou como praxe a elevação dos salários a curto prazo, em consonância com a desvalorização da moeda, adiantando-se aos acordos anuais efetuados entre sindicatos operários e patronais. Essa prática, eliminou uma área de atrito com os empregados, única, aliás, no Brasil, que se tem mostrado capaz de acarretar mobilizações coletivas relativamente importantes de trabalhadores, e deflagração de

<sup>1</sup> “Em tempos normais, apenas de oito a dez vagas, no nível da supervisão, se abrem cada ano nesta fábrica de quase seis mil operários”, nota Ely CHINOY no estudo sobre operários da indústria automobilística nos EUA, “The Tradition of Opportunity and the Aspiration of the Automobile Worker”, *op. cit.*, p. 505. Cf. também Charles R. WALKER e Robert H. GUEST, *The Man on the Assembly Line*.

greves. Assim se explica porque – com exceção do movimento de curta duração dos ferramenteiros – não tenha ocorrido, até o presente, nenhuma greve na Empresa Automobilística.<sup>2</sup>

Em tal contexto (parece quase ocioso dizer) as condições propiciadoras para a emergência de padrões coletivos de ação são em grande parte eliminadas. Para o trabalhador, a organização sindical parece desnecessária, pelo menos enquanto instrumento de pressão sobre a empresa. Com efeito, a proporção de trabalhadores sindicalizados é baixa. Entre os ferramenteiros a porcentagem é de 39%. Entre os operários, apenas 21% são sindicalizados.

Se a proporção de sindicalizados em si mesma parece-nos baixa, em comparação com a de trabalhadores sindicalizados no conjunto da categoria, ela parece elevada. Faltam dados precisos sobre a proporção de operários sindicalizados no Brasil. Contudo, estabelecendo-se a relação entre o número de operários em condições de votar nas eleições sindicais e o número de trabalhadores existente no respectivo ramo industrial, é possível chegar a uma estimativa grosseira da porcentagem de sindicalizados em alguns ramos. Assim, em São Paulo, para os setores metalúrgico e têxtil, encontrou-se 13% em 1961; para os gráficos, 34% e para os trabalhadores das indústrias químicas e farmacêuticas, 8% em 1962.<sup>3</sup> Consultando-se os fichários dos diversos sindicatos, é possível encontrar um maior volume de operários sindicalizados. Convém, contudo, não nos enganarmos. Na maior parte das vezes, os sindicatos não mantêm organizados os cadastros de filiados, conservando em seus registros trabalhadores que há muito não contribuem para a entidade. O Prof. José Albertino Rodrigues, que por muitos anos dirigiu o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos, observa: “... todos os dados apresentados sobre sindicalizados

<sup>2</sup> Costuma a Empresa Automobilística, quando da ocorrência de greves no setor, conceder férias coletivas a seus operários. Em outro trabalho (*Conflito Industrial e Sindicalismo no Brasil*, II Parte, “Greves Operárias em São Paulo”) procuramos mostrar como os movimentos grevistas em São Paulo constituem resultado de uma ação que parte de *fora* da empresa industrial. Em outras palavras: o que acarreta efetivamente a paralisação do trabalho numa determinada fábrica é a presença do piquete de greve, organizado pelos ativistas sindicais. Raramente, pela ausência de organizações sindicais de local de trabalho, e possível lograr-se, no caso de uma greve decretada pelo sindicato, a paralisação da empresa contando unicamente com o apoio dos próprios operários do estabelecimento. Concedendo férias a seus empregados, a Empresa Automobilística evita a presença dos piquetes grevistas em suas portas e o envolvimento de seus operários no movimento desencadeado pelo sindicato.

<sup>3</sup> Cf. Leôncio Martins RODRIGUES, *ibid.*

devem receber uma correção. Referem-se sempre ao número de associados inscritos nos sindicatos, mas nem todos os trabalhadores inscritos mantêm em dia com suas obrigações associativas e, a rigor, apenas nominalmente podem ser considerados sócios. Um grande número de trabalhadores procura sua organização sindical no momento em que tem um grave problema a enfrentar, seja de natureza jurídica, seja de natureza assistencial. Não sendo sócio precisa adquirir essa qualidade para ser atendido – e o faz incontinenti. Resolvido o problema, nem sempre continua a frequentar o sindicato, embora nele permaneça inscrito”.<sup>4</sup>

Os trabalhadores da Empresa Automobilística não fazem exceção às observações de José A. Rodrigues. A grande maioria dos operários sindicalizados, sendo o pagamento das cotizações efetuado pela empresa através do desconto na folha de pagamento, raramente comparece ao sindicato. Alguns respondentes chegaram a declarar que nem mesmo sabem a localização da sede. Do total de entrevistados, apenas 6% declararam que comparecem ao sindicato assiduamente.

Tabela 38: “O Sr. frequenta o sindicato?” (Trabalhadores Sindicalizados)

	Operários	Ferramenteiros
Nunca	91%	45%
Às vezes	–	33
Com frequência	9	22
	(100%)	(100%)
	23	9

Nota-se não só que a porcentagem de sindicalizados é mais elevada entre os ferramenteiros, como são esses, em comparação com os demais trabalhadores, os que costumam comparecer com mais frequência à sede da organização sindical. Foi neste grupo que pudemos encontrar respostas como essas:

“Vou algumas vezes, quando tem alguma reunião importante. O certo seria ir a todas elas”.

“Vou uma ou duas vezes por mês, por causa da consulta médica e do dentista. Vou também quando há alguma assembleia importante”.

“Vou a quase todas as assembleias e sempre que preciso de algum esclarecimento”.

<sup>4</sup> José Albertino RODRIGUES, *O Sindicato no Brasil. Seu Papel no Desenvolvimento Econômico*.

Os resultados, nesse aspecto, confirmam outras indicações sobre a participação operária nas associações profissionais: ela é mais elevada entre setores mais qualificados. Já S. Chucid e M. Lowy haviam chegado à mesma conclusão, numa enquete entre dirigentes sindicais metalúrgicos. Na verdade, a afirmação parece ser válida não apenas para o Brasil, mas igualmente para outros países<sup>5</sup> Lowy e Chucid encontraram uma correlação entre três variáveis: *urbanização, grau de escolaridade e nível de formação profissional*. No caso dos ferramenteiros há, como se mostrou, coincidência entre esses atributos, possuindo esta categoria profissional não só um nível de educação formal e de formação profissional superior (ambas, aliás, relacionadas) como igualmente maior experiência de vida urbana. Nestas condições, não seria o caso de indagar a que fator se deve a taxa mais elevada de sindicalização nesse grupo? Não se dispõe de elementos para responder diretamente à questão, uma vez que os referidos atributos não aparecem isolados. Porém, outros dados nos levam a supor que, se o problema é pertinente, a taxa de sindicalização parece mais relacionada à formação profissional do que à urbanização ou ao grau de escolaridade. Com efeito, a proporção de sindicalizados entre os trabalhadores nascidos na Capital ou em outros centros urbanos, não é superior à existente entre os operários de migração recente. Assim, a porcentagem de sindicalizados entre os *Mod.* é de 18%, enquanto entre os *Trad.* ela atinge 20%.

Tabela 39 (Operários)

	Sindicalizados	Não sindicalizados
Trabalhou na agricultura	62%	51%
Não trabalhou na agricultura	38	49
	(100%)	(100%)
	13	49

Quando se toma como ponto de referência a qualificação profissional, a porcentagem de sindicalizados é mais elevada entre os de qualificação superior (comparação entre ferramenteiros e operários comuns); quando se toma como ponto de referência o grau de urbanização em contraposição a trabalho anterior na agricultura, a porcentagem de

<sup>5</sup> Sara CHUCID e Michel LOWY: *op. cit.*, Cf. também Henry A. LANDSBERGER, Manuel BARRERA e Abel TORO, *The Chilean Labour Union Leader: A Preliminary Report on this Background and Attitudes, Industrial and Labour Review*, Nova York, abril de 1964, reprint series n.º 150, e Walter GALENSON, (ed.) *La Cima Obrera y el Desarrollo Económico*, México, Editorial Limusa-Wiley, 1964.

sindicalizados é mais elevada entre os entrevistados que trabalharam na lavoura e entre os que chegaram há pouco a São Paulo. O primeiro resultado era, até certo ponto, esperado. A formação profissional mais aprimorada indica período mais prolongado de aprendizagem e de trabalho no meio industrial e, conseqüentemente, supõe uma consciência profissional mais desenvolvida e melhores condições de ajustamento ao meio socioprofissional, que favorece a participação nas entidades associativas.

O segundo resultado, contudo, aparentemente contradiz as opiniões correntes que apontam o trabalhador originário de áreas tradicionais como mais refratário à participação nas atividades sindicais. Mas cabe indagar: Ser membro do sindicato tem o mesmo sentido para os setores acima indicados? Que representa o sindicato para os diversos setores operários? Infelizmente, as limitações da pesquisa não nos permitem oferecer uma resposta categórica a essas indagações. Porém, podem-se esboçar certas hipóteses através da discriminação de algumas tendências que transpareceram ao longo das entrevistas.

Inicialmente, deve-se ter em conta que, corroborando outras investigações, o sindicato é, para a grande maioria dos entrevistados, precipuamente, uma entidade assistencial, destinada a prover os associados de recursos médicos e orientação jurídica. A afirmação é válida tanto para os ferramenteiros como para os operários comuns; tanto para os trabalhadores nascidos em São Paulo como para os migrantes de áreas tradicionais. Ocorre, contudo, que para uns o sindicato é exclusivamente uma entidade assistencial enquanto, para outros, é também entidade de defesa de interesses socioeconômicos mais amplos e, pelo menos potencialmente, um instrumento de pressão. Ora, se o sindicato é entendido basicamente como órgão assistencial, a proporção relativamente superior de sindicalizados entre os trabalhadores vindos da agricultura não implica, necessariamente, consciência profissional mais desenvolvida, nem adesão a certos valores grupais. Aliás, a entrevista que transcrevemos quase integralmente no *Capítulo I* ilustra de modo típico a concepção que o trabalhador tem da associação profissional. As camadas operárias menos qualificadas tendem a privilegiar, entre as tarefas assistenciais, os serviços médicos e dentários. Este aspecto é particularmente acentuado entre os trabalhadores recém-chegados a São Paulo, enquanto os operários com mais experiência de vida urbana e, possivelmente, com mais experiência fabril, atribuem relativamente maior importância à assistência jurídica. Em outras

palavras: estes últimos, embora não concebam a organização profissional em termos de órgãos de pressão coletiva, sabem utilizar melhor seus serviços na área da legislação trabalhista.

Tabela 40: “Por que o Sr. não é sócio do sindicato?”;

“Não há vantagem”	32%
“O sindicato não atende ao trabalhador”	14
“Nunca me interessei”	19
“O sindicato cria complicação”	7
“Não tenho necessidade do sindicato”	7
“A firma é boa não é preciso sindicato”	5
“O sindicato fica longe”	5
“A firma não gosta de gente sindicalizada”	3
“Não gosto de greves”	3
“Ainda não tive oportunidade de me sindicalizar”	3
“O sindicato dificulta a matrícula”	3
“Sindicalizado ou não é a mesma coisa”	3
“O sindicato só trata de política”	3
	(100%)
n=	62

OBS.: Porcentagens extraídas com base no número total de respostas.

O arrolamento dos motivos alegados pelos trabalhadores não sindicalizados para explicar por que não são sócios da associação profissional e, de outro lado, as razões apontadas pelos sindicalizados, são suficientemente ilustrativos. Na Tabela 40 estão as respostas à pergunta “Por que o senhor não é sócio do sindicato?”. Intencionalmente, transcrevemos as respostas tal como foram oferecidas pelos trabalhadores, ainda que fosse possível classificá-las em categorias mais precisas e menos inclusivas.

Vê-se que pelo menos dois terços das respostas poderiam ser incluídas numa mesma categoria: “Não há vantagem em ser sindicalizado”. Os entrevistados que apontaram um motivo preciso e determinado (como, por exemplo, “o sindicato só trata de política” ou “a empresa não gosta de gente sindicalizada”) constituem uma minoria. No fundo, pela natureza da maioria das respostas, percebe-se que o sindicato é algo muito distante das preocupações e interesses da parcela majoritária dos informantes.

Tabela 41: “Por que o Sr. é sócio do sindicato?”

(Total de sindicalizados)	
“Pelos serviços médicos e dentários”	33%
“Pela assistência jurídica”	31
“Porque o sindicato defende os nossos interesses”	19
“Porque o sindicato consegue aumentos de salários”	10
“Porque o sindicato consegue indenização”	2
Não frequenta, não sabe responder	5
	(100%)
n =	23

OBS.: Porcentagens extraídas com base na soma das respostas.

Os números acima falam por si e não caberia estender-se na explicitação da tabela. Ressaltemos unicamente que se pôde registrar, entre a minoria sindicalizada, 29% de “respostas classistas”, ou seja, de respostas que mencionam o sindicato não como entidade assistencial (assistência médica ou jurídica), mas como organização de defesa do proletariado. Os motivos que apresentam os trabalhadores para a sindicalização são congruentes com as principais vantagens que acreditam efetivamente encontrar na associação profissional, ou seja, serviços médicos e dentários e, depois, assistência ao trabalhador na Justiça do Trabalho.

Tabela 42: “Quais as vantagens que os sindicatos realmente oferecem aos trabalhadores?”

	Sindicalizados	Não sindicalizados	Operários	Ferramenteiros	Mod.	Trad.
Assistência médica e dentária	61%	25%	32%	42%	48%	79%
Serviços jurídicos	43	25	25	42	38	16
Aumentos de salários	22	18	22	12	5	37
Não oferece vantagens	13	30	27	21	24	21
Defende os operários	17	5	2	25	19	16
Outras respostas	4	3	5	–	5	–
Não sabe	13	21	23	8	14	11
n =	23	61	62	24	22	20
Sem resposta	–	4%	4%	–	5%	5%

Obs.: Respostas múltiplas. Soma das porcentagens superior a 100%. Porcentagens extraídas excluindo-se os que não responderam.

A elevada proporção de sindicalizados que apontou os serviços médicos como a principal vantagem que o sindicato oferece (61%), em contraposição com a relativamente baixa frequência de respostas deste tipo

entre os não sindicalizados (25%) revela inequivocamente que a maior parte dos sindicalizados é associada ao sindicato com o objetivo nítido de usufruir desses serviços. Note-se, por outro lado, a proporção relativamente elevada de respondentes que não veem nenhuma vantagem na associação profissional. Está-se, pois, ante um grupo operário que concebe a organização sindical, em primeiro lugar, como um órgão de assistência e proteção ao trabalhador fora do âmbito das relações industriais e, em segundo lugar, como uma entidade destinada a obter aumentos gerais de salário. É certo que a orientação e o apoio jurídico prestado pelo sindicato ao trabalhador envolve um conjunto de questões que dizem respeito às relações entre o empregado e o empregador. Mas o aspecto importante é que a via jurídica para a obtenção das reivindicações significa retirar da associação sindical as atribuições de barganha direta com as empresas, de modo que as exigências operárias expressassem uma relação de força e de poder de pressão da entidade profissional. Reside aqui o aspecto central a ser ressaltado para a compreensão do sindicalismo e das relações industriais no Brasil. As leis de proteção ao trabalhador e os benefícios e vantagens concedidos ao proletariado brasileiro não são, fundamentalmente, resultado do fortalecimento das associações sindicais. Eles resultam, muito mais, de um lado, do aparecimento, com a industrialização, de uma nova categoria social, de sua pressão *difusa* e *desorganizada* sobre o Poder, da manipulação política dessas massas e, de outro lado, das necessidades objetivas da economia nacional no que tange à fixação do trabalhador à indústria e à formação de uma mão de obra tecnicamente mais aprimorada.

As observações anteriores não devem, por um lado, obscurecer o fato de que o sindicato, pelo menos para um setor minoritário do proletariado, é mais do que um mero órgão de assistência, de prestação de serviço, aparecendo também como uma associação de defesa dos interesses profissionais dos operários. Além disso, cumpre ter presente que o sindicato – embora como órgão assistencial – se configura para os trabalhadores como uma instituição operária, ou melhor, como algo que, se não lhes pertence inteiramente, *serve-lhes de proteção*. Nesse sentido, é necessário estabelecer alguns matizes que, até o momento, deixamos de lado no afã de destacar as atitudes mais gerais. As tabelas anteriores dão-nos certas indicações que necessitam ser ressaltadas, e que são reveladoras de uma imagem ligeiramente diferente que os diversos setores operários têm do sindicato. Em primeiro lugar, e possível perceber que os operários comuns,

quando não ressaltam o cunho assistencial do sindicato, isto é, quando dão respostas “classistas”, *referem-se quase que unicamente a reajustamentos salariais*. Em segundo lugar, é entre os ferramenteiros, ou seja, entre os grupos mais qualificados, que se encontram as porcentagens mais elevadas de respostas valorizando a associação profissional do ângulo de uma defesa geral dos interesses operários, expressão um tanto vaga, mas significativa. Este setor é capaz de entender o sindicato como algo mais do que um órgão de assistência médica, de assistência jurídica e de obtenção de reajustamentos salariais. Assim, na Tabela 40, apenas 2% dos operários mencionaram, entre as vantagens do sindicato, a “defesa dos operários”, enquanto entre os ferramenteiros a porcentagem de respondentes atingiu 25%. Outros dados indicam a importância comparativamente maior que os operários semiquilificados atribuem à função de conseguir aumentos de salários. Em contrapartida, atribuições como “assistência ao trabalhador desempregado”, “ajuda em época de greve”, “formação de cooperativa de consumo”, etc., são mencionadas com maior frequência pelos ferramenteiros.

### TIPOS DE ATITUDES ANTE O SINDICATO

A partir das funções da associação profissional que são postas em relevo, é possível distinguir esquematicamente quatro tipos de atitudes que correspondem, respectivamente, às diferentes imagens que os diferentes setores operários formam do sindicato, e que implicam graus variados de comprometimento com a associação profissional e com a condição operária.

- I. O sindicato como entidade de prestação de serviços médicos e dentários;
- II. O sindicato como entidade de assistência jurídica;
- III. O sindicato como meio para a obtenção de reajustamentos salariais;
- IV. O sindicato como instrumento de luta e de defesa geral dos interesses sociais, econômicos e profissionais do trabalhador.

No *primeiro* tipo, assimila-se, predominantemente, o sindicato a uma instituição de assistência social caritativa. A adesão à organização profissional não significa aceitação dos valores e padrões do meio operário, nem tampouco a vontade de integração na categoria profissional e de reforçamento da coesão grupal. O trabalhador serve-se do sindicato como poderia utilizar-se dos serviços de outra entidade assistencial. Tipicamente,

essas atitudes são encontradas nas camadas inferiores e mais desprotegidas do proletariado, que não dispõem, mesmo, de condições para buscar em outras instituições e serviços públicos ou privados a assistência social oferecida pelo sindicato.<sup>6</sup>

No *segundo* tipo, os serviços jurídicos postos à disposição dos associados pelo sindicato (orientação, conselhos e fornecimento de advogado) constituem, para o trabalhador, predominantemente, a principal atribuição da entidade profissional. Tipicamente, ela corresponderia a setores operários com maior experiência urbana, em condições de se aproveitarem das instituições e da legislação existentes não para fins assistenciais, mas como meio de obtenção de determinadas reivindicações ante a empresa. O sindicato apresenta-se como um instrumento a ser utilizado na perspectiva das ambições de melhoria de vida ou de ascensão social. O trabalhador “conhece seus direitos” assegurados pela legislação trabalhista e dela se vale contra a empresa. O elemento essencial aqui é que essa concepção do sindicato se relaciona com uma perspectiva *individualista* que não implica uma orientação para a integração no meio operário. A justiça trabalhista aparece como o meio por excelência para a obtenção da “reclamação” operária. Esta orientação implica, imediatamente, no deslocamento do conflito para fora da empresa e dificulta o aparecimento de padrões coletivos de ação no interior da fábrica.

Desde logo, o atendimento da reivindicação passa a depender de seus fundamentos legais (definidos pela Justiça do Trabalho) e não do poder de pressão do sindicato ou do grupo operário. O trabalhador não está interessado no fortalecimento do sindicato enquanto associação de classe, nem no aumento eventual de seu poder de pressão sobre a camada empresarial. Trata de aproveitar em seu benefício pessoal as disposições e instituições legais que o Estado criou. O contacto com o sindicato não envolve nenhum comprometimento associativo mais profundo.

No *terceiro* tipo, o sindicato não aparece fundamentalmente como um órgão encarregado do fornecimento de assistência médica ou jurídica, mas como um instrumento de reivindicação salarial. O importante é que essa atitude envolve um comprometimento mais acentuado com o sindicato,

---

<sup>6</sup> 79% dos trabalhadores recentemente chegados a São Paulo, contra 48% dos nascidos na capital ou em outros centros urbanos importantes, apontaram a assistência médica como a principal vantagem oferecida pelo sindicato.

que não é visto unicamente como uma instituição que deve prestar auxílio ao trabalhador fora da esfera da relação de trabalho e da produção. Mas a compreensão das funções sindicais não ultrapassa o *nível econômico*. Em outras palavras: as eventuais funções do sindicato no plano *socioprofissional* não chegam a integrar a constelação de reivindicações dos trabalhadores. Enfim, entende-se a organização sindical ao nível da luta reivindicatória mais elementar da defesa do salário. Esse tipo de atitude sugere um grupo operário para o qual as questões relativas ao meio *socioprofissional* ocupam lugar secundário, fato indicativo, por sua vez, de baixos níveis de qualificação profissional, de baixos salários. Mas sugere, de outro lado, um grupo cujas esperanças de escapar à “condição operária” reduziram-se, tendo o projeto de ascender socialmente cedido lugar ao de melhorar de vida no interior da própria classe.

O *quarto* tipo de atitude ante o sindicato implica na compreensão da organização profissional num sentido mais amplo de proteção do trabalhador que não se restringe ao fornecimento de assistência médica ou jurídica e que ultrapassa a concepção da organização sindical como restrita apenas à obtenção de reajustamentos salariais. Esse tipo de atitude, como notamos, há pouco, manifesta-se de modo mais claro entre os ferramenteiros. Pode-se perceber, aqui, uma visão da associação sindical estruturada a partir de funções mais amplas de defesa do trabalhador, não apenas no que toca à elevação salarial, mas também no que tange a outros aspectos socioprofissionais. É significativo observar que 17% dos ferramenteiros mencionaram como uma das principais atribuições do sindicato a assistência ao trabalhador *em época de greve* (contra apenas 2% dos operários comuns) e que 12% (em comparação a 6% dos operários) fizeram referência à *assistência em período de desemprego*.

Porém, os ferramenteiros encontram-se numa situação ambígua. Se é entre eles que a imagem do sindicato mais se aproxima de uma organização reivindicativa, de um instrumento geral de luta e defesa ante o poder patronal, por outro lado, formam eles o grupo menos pressionado por fatores econômicos e profissionais a recorrer ao sindicato. Caberia, assim, indagar por que razão se encontram exatamente entre os setores mais qualificados as taxas mais elevadas de sindicalização. Não são esses setores os que percebem salários mais elevados e os que se mostram mais satisfeitos com as condições de trabalho? Walker e Guest, examinando as razões comumente oferecidas para explicar o apoio dos operários norte-

americanos ao sindicato, levantam a hipótese de que o sindicato preenche – quando as exigências básicas dos trabalhadores já se encontram atendidas – necessidades de ordem psicológica e emocional, de segurança e de garantia ante o poder patronal, que ultrapassam a função de defesa de interesses econômicos e materiais imediatos e manifestos.<sup>7</sup> Não temos, infelizmente, condições de examinar mais a fundo a hipótese dos autores norte-americanos e não saberíamos dizer, com precisão, em que extensão ela poderia ser válida para os ferramenteiros da Empresa Automobilística. Apesar disso, chama-nos a atenção para um ponto importante. A sindicalização, mesmo para os grupos operários melhor situados na escala de remuneração, implica, de algum modo, a afirmação ante a empresa de uma autonomia operária, uma espécie de desafio à autoridade patronal. Para os ferramenteiros, a nosso ver, ela significa conjuntamente a afirmação de um orgulho profissional e uma forma de proteção eventual contra a empresa, o que se adapta bem à “consciência corporativista” dessa categoria. Menos oprimidos pelos baixos salários, mais integrados ao meio fabril, os ferramenteiros chegaram a ter do sindicato uma imagem, vaga é verdade, que se aproxima da do sindicalismo dos países desenvolvidos. Mas a organização sindical brasileira, tal como foi imaginada e aplicada pelo Estado, não motiva especialmente os trabalhadores mais qualificados. Os aspectos sociais gerais do trabalho encontram-se regulamentados pela legislação trabalhista, enquanto a questão dos níveis salariais é tratada em conjunto quando dos acordos coletivos, sem que os problemas específicos que dizem respeito mais diretamente às categorias qualificadas sejam considerados.

Os quatro tipos de atitudes que distinguimos são construções típicas, elaboradas com objetivos analíticos. É desnecessário insistir que essas atitudes não se encontram nitidamente cristalizadas no grupo. A utilidade da construção advém dos recursos que pode oferecer à análise. Serve na medida em que permite salientar o significado que assume o sindicato para os diversos setores operários. Entendem-se, destarte, resultados aparentemente paradoxais. De um lado, índices mais elevados de sindicalização entre os ferramenteiros *em comparação com os operários*

---

<sup>7</sup> As razões alinhadas pelos sociólogos americanos são as seguintes: 1) salários; 2) estabilidade no emprego; 3) horas; 4) condições de trabalho; 5) abuso de autoridade por parte dos mestres e de outros supervisores; 6) atos de discriminação da empresa contra operários por motivos raciais ou de filiação partidária ou sindical. Charles R. WALKER e Robert H. GUEST, *The Man on the Assembly Line*, pp. 132 e 133.



*semiqualficados*; de outro, índices mais elevados de sindicalização entre os trabalhadores recém-chegados a São Paulo, em *contraposição aos aqui nascidos*, contrariando o que comumente se afirma. É que, em cada grupo operário, a sindicalização tem significado diferente. Se, no caso de trabalhadores qualificados, a sindicalização resulta de maior ajustamento ao meio operário e expressa de algum modo uma consciência grupal ou profissional, no caso dos não qualificados a sindicalização significa a busca de proteção e de auxílio pessoal, sem que seja necessariamente indício de maior integração ao meio fabril ou que o sindicato seja considerado instrumento de luta. Esses aspectos merecem ser destacados porque, algumas vezes, tende-se a ver, no simples fato da sindicalização, a expressão de uma “consciência grupal”, de um desejo de integração ao meio operário ou mesmo de uma “consciência anticapitalista”. Parece claro que o sindicato adquire variada significação para cada setor operário e, mesmo quando é percebido como organismo de reivindicação, a consciência sindical pode alimentar-se de fatores diferentes, como a defesa profissional, a resistência ao autoritarismo patronal (expresso ao nível da empresa), as reivindicações salariais, etc.

As análises anteriores que buscaram estabelecer os diferentes tipos de atitude ante a organização sindical e os matizes introduzidos entre as categorias profissionais no interior do grupo estudado não devem fazer esquecer o traço essencial que caracteriza, neste aspecto, os trabalhadores da Empresa Automobilística: *o sindicato ocupa lugar de medíocre importância nas atividades, preocupações e interesses dos operários*.

E não será demais lembrar que a taxa de sindicalizados é extremamente baixa e que, entre os sindicalizados, a grande maioria não frequenta o sindicato.

## O PROLETARIADO, A EMPRESA E O SINDICALISMO

Nesta altura da exposição, uma pergunta se impõe: A que se deve a fraca proporção de sindicalizados e o desinteresse quase total pelas atividades associativas entre os trabalhadores estudados? A resposta exige para fins da análise a separação de três ordens de fatores relacionadas as características: I) do proletariado brasileiro; II) da Empresa Automobilística e III) do sindicalismo brasileiro.

D) As primeiras já se fez menção no Capítulo I, mas convém sintetizá-las aqui. Lidamos com uru proletariado de formação recente, originário de diferentes áreas do país, com experiências profissionais anteriores bastante diversificadas. No caso da empresa estudada, estes traços se apresentam de modo particularmente nítido. Trata-se de um grupo heterogêneo, tanto no que diz respeito à origem social, quanto no que se relaciona ao passado profissional. Falta uma tradição operária tanto para os trabalhadores que imigraram da agricultura como para aquela parcela minoritária de trabalhadores nascidos em centros urbanos de relativa importância. A grande maioria (63%) dos operários entrevistados descendia de lavradores (pequenos proprietários, parceiros ou assalariados agrícolas). Mesmo entre os nascidos em São Paulo ou outros centros urbanos (*Mod.*) a porcentagem de entrevistados cujos pais eram trabalhadores industriais é bastante baixa (18%). Seria desnecessário insistir sobre os efeitos negativos da mobilidade sócio-ocupacional para a integração e participação do indivíduo num dado grupo e, no que se refere especificamente ao proletariado, para a participação nas atividades sindicais. A continuidade da experiência profissional tende a estimular a participação nas atividades associativas, na medida em que possibilita a sedimentação de uma “subcultura” profissional ou de classe e na medida em que os interesses individuais identificam-se com os da categoria profissional ou da classe.<sup>8</sup>

Faz-se mister, por outro lado, lembrar o projeto de ascensão social ou de melhoria de vida que anima o grupo investigado, e os motivos que o levaram à Empresa Automobilística. Este ponto merece novas considerações. É comum a referencia ao projeto de ascensão social que estimula as migrações dos trabalhadores das áreas parcamente industrializadas para os centros fabris ou a transferência da mão de obra do campo para as cidades. Porém, pelo menos quando se trata de grandes empresas, em que os salários sobrepassam a média vigorante no conjunto do parque industrial, *encontra-se também no trabalhador nascido nos*

---

<sup>8</sup> Uma confirmação empírica das afirmações anteriores encontra-se em Lipset e Gordon. Utilizando dados de entrevistas realizadas pelo Institute of Industrial Relations com 953 assalariados em Oakland (1949-50), os autores concluem que a mobilidade vertical, *qualquer que seja a sua direção*, contribui para dificultar a participação dos operários nas organizações sindicais. Seymour Martin LIPSET e Ioan GORDON: “Mobility and Trade-Union Membership”, in: Reinhard BENDIX e Seymour Martin LIPSET (ed.), *Class, Status and Power*, The Free Press of Glencoe, 5.<sup>a</sup> ed., 1961.

*centros urbanos (e, às vezes oriundos de famílias operárias) as mesmas motivações e aspirações de melhoria de vida ou de ascensão social que impelem os migrantes da agricultura.* Dada a rapidez da expansão do parque industrial paulista nos últimos anos e seus efeitos na formação da classe operária, não parece adequada a imagem do proletariado atual como segmentado em dois setores, um deles mais antigo, composto de trabalhadores “ajustados” ao meio fabril, possuidores de uma tradição operária, com experiência sedimentada de lutas sindicais, agressivos e organizados, e o outro, composto de trabalhadores de origem agrícola, sem experiência de vida urbana nem de vida associativa, e cuja presença no mercado de trabalho enfraqueça a capacidade reivindicatória das categorias anteriores. Certamente é possível encontrar grupos operários que expressem tipicamente tais situações polares. Mas não parece ser este o traço essencial a caracterizar a situação do proletariado paulista. Efetivamente, em São Paulo pelo menos, tal quadro só seria adequado para o período que medeia a Primeira e a Segunda Guerra Mundial, isto é, quando o proletariado de origem estrangeira começou a ser substituído pelo trabalhador nacional, quando se enfraqueceram as correntes migratórias externas e ampliaram-se os deslocamentos das populações de outros Estados para São Paulo. Nesta fase, seria possível traçar uma divisão relativamente nítida entre dois setores operários. A partir de então, a continuidade do processo de industrialização vem significando a incorporação quase constante de novas levas de trabalhadores ao parque fabril paulista. Neste contexto, mais do que por uma separação em dois setores, o proletariado paulista (e também brasileiro, ao que tudo indica) se caracteriza por ser uma *classe em processo de formação*, em que novas massas vêm sucessivamente se acrescentar a camadas ainda não consolidadas, em que os setores que poderíamos denominar “de velha tradição operária” constituem parcela extremamente pequena.

Habitualmente ressalta-se apenas a inexperiência sindical e profissional do trabalhador oriundo da agricultura e assim tende-se a atribuir uma importância desproporcional aos efeitos de sua presença na determinação das orientações sindicais, profissionais e valorativas no conjunto das camadas operárias. É-se levado a responsabilizar esses efetivos pela ausência de coesão grupal pelos baixos índices de sindicalização, etc. Mas cumpre ter em conta que não apenas os setores “de origem operária” são extremamente minoritários como também estão lançados numa perspectiva de ascensão social. A mão de obra industrial

paulista não é composta unicamente de trabalhadores vindo da agricultura ou de trabalhadores de famílias operárias. Uma proporção ponderável do proletariado industrial é recrutada dos setores terciários ou de atividades econômicas marginais nas grandes cidades; esses, embora contando com uma experiência de vida nos grandes centros, são quase tão desprovidos de verdadeira formação profissional e de uma “tradição operária” quanto os ex-lavradores. Por outro lado, os operários industriais das pequenas cidades do interior – como ressaltamos no *Capítulo I* – que se dirigem para a capital e para as grandes empresas estão igualmente movidos por um projeto de melhoria de vida. A rotatividade profissional, a medíocre fixação à indústria, é característica geral do proletariado paulista e de outros centros de industrialização recente.

II) A segunda ordem de fatores que cumpre examinar é a que opera no âmbito da Empresa Automobilística. Pensamos mais exatamente na combinação, ou na interação das características da empresa com as do proletariado, tal como vimos de descrever. As orientações e valores que modelam o comportamento do grupo investigado, Obviamente, não decorrem apenas de fatores cujas origens podem ser localizadas no plano da sociedade global. As respostas dos entrevistados, em grande parte, são condicionadas pela situação de trabalho numa empresa determinada, isto é, por fatores mais particulares, tal como as atitudes ante a própria empresa, estão, por sua vez, determinadas pelas características gerais da classe, ou seja, por fatores exógenos à situação de trabalho.

O aspecto significativo é a conjunção e adequação entre as duas ordens de fatores, entre os que operam ao nível da classe e os que operam ao nível da empresa. Mais concretamente: as características da Empresa Automobilística são tais que concorrem eficazmente para estimular formas de comportamento e atitudes já existentes no proletariado de modo a constituir poderoso obstáculo para a integração sindical e para a emergência de “condutas classistas”. Empregar-se na Empresa Automobilística, no caso, significa precisamente a realização das ambições que animam o proletariado: salário mais elevado, melhores condições de trabalho, possibilidades de promoção e de aquisição de uma profissão. Neste contexto, fica clara a pequena importância atribuída ao sindicato enquanto instrumento de pressão. Na realidade, do prisma das aspirações básicas dos trabalhadores e do modo como são equacionadas pela e na Empresa Automobilística, o sindicato aparece como uma instituição desnecessária, a

não ser em suas funções médicas e jurídicas. Para a sedimentação dessa atitude concorre o fato de que as vantagens que são salientadas pelos trabalhadores não derivaram de uma ação dos próprios operários, não foram frutos de uma pressão sindical, sendo, efetivamente, não uma conquista operária, mas o resultado de um processo de expansão industrial pelo qual os trabalhadores não se sentem responsáveis. Nota-se aqui o flagrante contraste entre as conquistas sociais, sindicais e econômicas do proletariado norte-americano, francês, inglês, etc., em que cada vantagem obtida – do reconhecimento da organização sindical aos aumentos salariais – esteve estreitamente vinculada à capacidade de pressão e de barganha dos grupos operários. Mas, pode-se indagar, numa estrutura de dominação, como é a empresa, em que os operários estão inteiramente afastados do poder de decisão, de influência e de controle sobre a organização, em que os interesses da companhia e seus objetivos frequentemente colidem com os dos trabalhadores, não se cristalizam condições objetivas para conflitos que propiciem a necessidade da organização operária e estimulem a integração sindical dos trabalhadores?

III) A consideração desta questão conduz à terceira ordem de fatores relacionada às características específicas do sistema associativo profissional no Brasil. Não caberia, neste ponto, uma apreciação mais demorada do sindicalismo brasileiro, de suas vinculações com o Estado, da legislação trabalhista, etc. À luz do que foi dito anteriormente, o aspecto que nos interessa ressaltar é o que diz respeito ao *sindicato em suas relações com a empresa*. Sem nos preocuparmos, pelo momento, com seus possíveis efeitos sobre a “combatividade operária”, um dos resultados (nem sempre tido devidamente em conta) da legislação sindical e social no Brasil foi praticamente a *eliminação da organização sindical do interior das indústrias*. Isso se fez por vias indiretas, não só porque a Justiça do Trabalho se interpôs entre empregados e empregadores, mas também porque o próprio Estado avocou a si um poder de decisão, nesta área, que tornou quase desnecessário tanto o estabelecimento de relações e contactos diretos entre o sindicato e as direções das empresas como o contrato coletivo de trabalho. Do momento em que os reajustamentos salariais, a fixação do salário mínimo e outras leis sociais (como o projeto sobre a estabilidade no emprego) são de alçada do Executivo Federal, a orientação das reivindicações sindicais desvia-se do plano da empresa para o do governo, substituindo-se os interlocutores. Neste contexto, o nível salarial e

as vantagens obtidas pelo proletariado apenas indiretamente refletem seu poder de barganha *ante a empresa*, embora possam refletir seu poder de pressão sobre os poderes públicos.

A vinculação com o Estado, implicando contactos e entendimentos com os detentores do Poder (grupos, partidos e líderes), envolve, como não poderia deixar de ser, um componente *político*. Os sindicatos, através de suas lideranças, expressam as posições de uma parcela do eleitorado, de modo que a obtenção de determinadas vantagens e benefícios trabalhistas efetua-se por intermédio de um complexo mecanismo político-partidário que exclui a barganha direta entre empresários e operários estribada em posições de força; diminui, pois, a importância da mobilização sindical como meio de lograr o atingimento das reivindicações operárias já que, às vezes, a via eleitoral se oferece como a mais factível para uma população operária instável e heterogênea. A luta pela obtenção de reivindicações profissionais e econômicas do proletariado tende, assim, a escapar dos quadros da ação sindical para assumir feições políticas mais gerais. Se temos em conta a vinculação da estrutura sindical ao aparelho estatal e o fato de que, frequentemente, os problemas econômicos e sociais mais amplos preponderam sobre as exigências profissionais específicas, têm-se aí os ingredientes para a configuração de um “sindicalismo político”, mais preocupado com os problemas gerais da nação do que com as reivindicações derivadas da situação de trabalho fabril. As aspirações operárias vinculam-se e identificam-se com as de outras camadas populares. O sindicato, quando atua politicamente, faz-se implícita ou explicitamente porta-voz não só de uma categoria profissional, mas também das camadas inferiores no seu conjunto. A ideologia do “sindicalismo político” não é manifestamente anticapitalista, mas nem por isso deixa de situar a problemática de modificações estruturais: democratização do poder, reforma agrária, nacionalismo, desenvolvimento econômico, justiça social, etc.<sup>9</sup> A vinculação das possibilidades de melhorias nas condições de vida da classe a um processo geral de transformação social indica uma profunda

---

<sup>9</sup> Cf. Leôncio Martins RODRIGUES, *Conflito Industrial e Sindicalismo no Brasil*, III Parte – “Do Anarquismo ao Nacionalismo – Transformações no Comportamento Operário” (especialmente pp. 191 a 202). No mesmo sentido vão as observações de Henry LANDSBERGER referentes ao sindicalismo latino-americano. Cf. “La Elite Obrera de América Latina y La Revolución”, in: S. M LIPSET e A. SOLARI, *Elites y Desarrollo em América Latina*, Buenos Aires, Paidós, 1967.

desconfiança, por parte dos setores politicamente ativos do proletariado, quanto à capacidade dos grupos empresariais de promoverem a expansão econômica. Tais aspectos nem sempre se manifestam no sindicalismo brasileiro. Só se configuram com mais nitidez quando os sindicatos adquirem relativa liberdade de expressão e ação. Os esforços do patronato – não seria preciso dizer – vão no sentido de reduzir o papel dos sindicatos à representação estrita dos interesses dos trabalhadores na área profissional definida pela legislação trabalhista.

Orientado para os problemas gerais da nação e não contando com o apoio ativo de amplos setores operários, o sindicalismo brasileiro abdicou da pretensão de desempenhar qualquer papel de importância no *interior* da empresa. Aqui, possivelmente, reside uma das diferenças mais marcantes entre o sindicalismo brasileiro e o dos países desenvolvidos. Nestes últimos, após as fases iniciais de constituição do industrialismo, em que o movimento operário buscou afirmar-se como pura negatividade, o sindicalismo validou sua existência, situou novas metas prioritárias. Neste sentido, uma parte de seus esforços destina-se à obtenção de maior controle sobre as condições de trabalho, de emprego e de organização das empresas, ou seja, *de redução do poder patronal*.

O que é importante em relação a esses militantes orientados por novas realidades já não é a propriedade coletiva dos meios de produção (quando o Estado em muitos países nacionalizou amplos setores da economia), mas o “poder de decisão”, quer dizer, a criação e o controle de ligação entre a base e a direção de uma empresa. Essas tendências inovadoras são ainda mais marcadas no sindicalismo italiano, onde a CGIL, ao realizar vigorosas ações de reivindicação, específicas de uma região, de uma indústria e, inclusive de uma fábrica, acentuou a luta pelo poder de decisão na empresa e na nação: orientação manifestada por seu interesse ativo na utilização racional do progresso técnico, por sua participação (sem má consciência “reformista”) no estudo de problemas atuais da Itália, do crescimento econômico, da programação a longo prazo e particularmente da distribuição ótima, na empresa, das futuras inversões em bens de capital e em remuneração.<sup>10</sup>

<sup>10</sup> G. FRIEDMANN, “Tendencias de Hoy, Perspectivas de Mariana”, in: G. FRIEDMANN e P. NAVILLE, *Tratado de Sociologia del Trabajo*, vol. II, p. 376. Sobre o assunto, consulte-se igualmente: P. SANTI, “Les Syndicats et la politique de controle des salaires”, *Les Temps*

Essa tendência manifesta-se de diferentes maneiras no movimento sindical contemporâneo, ainda que as ideologias que a envolvam possam ser diversas. Trata-se de uma resposta operária à “lógica do lucro”, ao poder da empresa de dispor da produção e dos homens segundo uma racionalidade que se choca com as aspirações operárias de autonomia, e liberdade no trabalho e de afirmação profissional. Esta é uma dimensão do sindicalismo que leva à superação de uma posição defensiva e, algumas vezes, puramente negativa, de defesa da profissão, das condições de trabalho e do nível econômico.<sup>11</sup> Esta orientação do movimento sindical, que põe em causa o poder de decisão patronal, *implica o reforçamento da ação sindical ao nível da organização industrial*. Na Empresa Automobilística – como aliás na maioria das fábricas brasileiras – o sindicato praticamente inexistente e não tem condições para interferir em questões tais como: classificação profissional, formas do pagamento, admissão e dispensa de empregados, ritmo de trabalho, relações com a supervisão, etc. Ocorre que esses tópicos estão vinculados com uma problemática social e profissional mais ampla e,

*Modernes*, Paris, agrisetembro de 1964; B. TRENTIN, “Les syndicats italiens et le progres technique”, *Sociologie du Travail*, Paris, abril-junho de 1962; R. DAHRENDORF, “Politique syndical et structure des entreprises en Allemagne”, *Sociologie du Travail*, abril-junho de 1962; T. TOPHAN, “Shop Steward, ContrOle Ouvrier et Syndicats”, *Les Temps Modernes*, Paris, agristo-setembro de 1964.

<sup>11</sup> Uma vez que a redução da miséria e a ampliação dos níveis de consumo das populações operárias, nos países desenvolvidos, enfraqueceu substancialmente o potencial revolucionário e mobilizador dos apelos sindicais e socialistas clássicos, isto é, organizados em torno da denúncia da pobreza proletária, alguns autores socialistas atuais veem, no esforço para a redução da autoridade patronal, a base para a renovação da militância operária e para a estimulação da luta socialista nas condições do neocapitalismo. Assim, escreve Gorz, partindo das novas orientações do comportamento operário ante a empresa: “Trata-se (...), para o movimento operário, de reivindicar o poder permanente de determinar contratualmente todos os aspectos da relação de trabalho e os critérios de remuneração, de maneira que toda modificação no processo produtivo deva ser negociada com ele e que ele possa, então, influir sobre a política de gestão da empresa e a orientar num sentido desejado”. Nesse sentido, o autor aponta as seguintes reivindicações específicas: I) Controle, pelo sindicato, das escolas de aprendizagem; II) controle da organização do trabalho e do modo de distribuição de postos. (“... para assegurar que as mudanças de postos e as modificações na organização se façam no sentido do desenvolvimento das faculdades e de autonomia profissional dos trabalhadores...); III) O controle, pelo sindicato, da divisão do trabalho, ao nível da empresa e do ramo, em função das técnicas de produção e de sua evolução previsível; IV) Negociações das cadências ou dos ritmos de trabalho, dos salários por peça, da qualificação dos postos e funções, dos horários, etc. André GORZ, *Stratégie Ouvrière et Neo-capitalisme*, Paris, Seuil, 1964, pp. 45 e 46.

em seu significado mais profundo, evidenciam aspirações operárias que manifestam o desejo de uma maior participação nas decisões tanto no âmbito da empresa quanto no da sociedade industrial. Em outras palavras: indicam uma orientação da ação operária que expressa a vontade de interferir nos rumos da sociedade. Nas condições de formação do proletariado brasileiro, as atitudes ante o trabalho industrial e a importância que assume a reivindicação salarial acarretam o desinteresse pelas questões socioprofissionais e pelos problemas relacionados aos mecanismos de participação nas decisões e de restrição do poder patronal.

### URBANIZAÇÃO E SINDICALIZAÇÃO

Tem sido enfatizada, nos estudos sobre a classe operária brasileira, a presença de valores e formas de comportamento trazidos do meio rural. A eles atribui-se, em parte, a dificuldade encontrada na incorporação sindical dos trabalhadores originários da agricultura. Nas áreas pré-industriais da sociedade brasileira, as ações coletivas estruturam-se com base em relações primárias, o que dificultaria, no meio urbano, o estabelecimento de laços de solidariedade fundados em relações secundárias e, conseqüentemente, a participação nas atividades do sindicato. Não se pretende aqui rejeitar pura e simplesmente uma elaboração teórica baseada nos esquemas dicotômicos tradicionalismo-modernismo que podem, afinal, constituir instrumentos úteis para a análise. Mas cumpre não esquecer, em primeiro lugar, que normas e valores tradicionais resultam de um dado tipo de estruturação socioeconômica no interior da qual guardam certa funcionalidade. Se vigoram em outro contexto social – definido tipicamente como regido por padrões racional-burocráticos – a investigação sociológica necessita examinar quais os fatores que permitem sua sobrevivência no novo meio, no qual, por definição, seriam disfuncionais. Certamente, é possível supor, quando a análise incide sobre a conduta de grupos humanos em processo de mobilidade (pensamos nos casos de migrações maciças de mão de obra de áreas rurais tradicionais para outros contextos socioeconômicos) que valores e normas, adequados ao meio social anterior, possam dificultar o ajustamento ao novo ambiente, com todas suas conseqüências no comportamento do indivíduo ou do grupo. Mas cabe indagar sobre as possibilidades de sobrevivência de tais normas em contextos tipicamente diferenciados e em que medida não tendem a dar

lugar a outros valores e normas, ou a outros tipos de conduta mais aptos a responder às exigências de novos requerimentos sociais e profissionais. A possibilidade de persistência depende, em última instância, do grau de sua adequação à nova estrutura, pois, do outro modo, no limite, o indivíduo não poderia preencher os papéis e funções criados pela sociedade urbana. Na verdade, o que ocorre não é precisamente a persistência de valores e modos de comportamento tradicionais, mas sua reformulação sob o impacto de novos requisitos. Mais concretamente: o migrante oriundo do meio rural, que se fixa nos grandes centros urbanos, que busca a efetivação de aspirações de ascensão social ou de melhoria de vida, que deseja para seus filhos uma carreira e que valoriza a educação como meio de obter um *status* superior, está ainda inteiramente orientado por normas de uma cultura tradicional? É possível aceitar que, no tocante às atitudes ante o sindicato e ao grupo de trabalho, persiste o comportamento tradicional, acarretando o enfraquecimento da solidariedade profissional. Porém, por que o trabalhador de origem agrícola conduz-se “tradicionalmente” neste terreno e “racionalmente” em outros? E a indagação conduz à investigação para o *contexto social, as estruturas políticas*, e os múltiplos outros fatores que permitem a manutenção de modos tradicionais de comportamento no interior da ordem industrial. Nestas condições, deve-se localizar em elementos sociais mais amplos (como o sistema sindical brasileiro, o modo de formação da classe, os projetos que motivam o ingresso na indústria, etc.) as razões da pequena participação nas atividades sindicais e da fraca solidariedade profissional. Assim, se formas de conduta e uma visão tradicionalista do mundo se mantêm com certo vigor é porque elas encontram nos fatores acima apontados terrenos propícios para sua sobrevivência.

Em segundo lugar, faz-se mister lembrar que o baixo índice de sindicalização não é de modo algum atributo exclusivo dos operários originários da agricultura. Também para as categorias operárias educadas no meio citadino o sindicato não se apresenta essencialmente como uma organização de pressão e de combate. Em muitos casos, os trabalhadores com mais experiência de vida urbana e dotados de qualificação educacional e profissional relativamente superior procuram explorar, de uma perspectiva individual, essas vantagens na competição com os setores menos qualificados. Esta afirmação não significa dizer que as camadas operárias “mais urbanizadas”, porém de baixa qualificação profissional, igualmente, se mostrem tão refratárias à *participação política como* os setores de

migração recente. Mas aqui cumpre distinguir uma participação *política* (quer seja medida pelo mero ato de votar, pela presença em comícios, em atividades partidárias ou simplesmente por um interesse exclusivamente informativo sobre os fatos da política nacional) e uma participação *sindical*. Os setores operários “mais urbanizados” podem, de um modo geral, mostrar-se mais receptivos à participação política sem que ela se acompanhe de um interesse maior pelas atividades sindicais. Além disso, sua atividade política pode perfeitamente não se caracterizar como uma “participação operária”, isto é, classista-profissional, mas como uma participação “popular”. Nessas circunstâncias, teríamos formas de participação política operária não relacionada a uma problemática profissional e “classista” e os elementos estimuladores não derivariam do meio industrial, mas do meio urbano, de aspirações e exigências do trabalhador enquanto cidadão.

Efetivamente, nas investigações na Empresa Automobilística nada indica que os setores mais urbanizados demonstrem uma orientação mais “classista” em suas atitudes ante a empresa e à sociedade. Duas perguntas, relativas às atitudes ante a greve, dão-nos indicações neste sentido.

Tabela 43: “Quando os trabalhadores desejam um aumento de salário e não conseguem, o Sr. acha que eles devem entrar em greve?”

	Sindicalizados	Não sindicalizados	Operários	Ferramenteiros	Mod.	Trad.
Não	17%	47%	42%	33%	45%	35%
Sim	44	32	35	33	32	45
Depende	35	19	21	30	23	20
Não sabe	4	2	2	4	—	—
	(100%)	(100%)	(100%)	(100%)	(100%)	(100%)
n =	23	63	62	24	22	20

Tabela 44: “Os operários acham que as greves podem ajudar a melhorar a situação deles?”

	Sindicalizados	Não sindicalizados	Operários	Ferramenteiros	Mod.	Trad.
Não	30%	45%	44%	33%	50%	35%
Sim	44	30	35	30	18	45
Depende	22	22	18	33	32	20
Não sabe	4	3	3	4	—	—
	(100%)	(100%)	(100%)	(100%)	(100%)	(100%)
n =	23	63	62	24	22	20

Os dois quadros requerem um exame mais cuidadoso. Lembremos, antes de mais nada, que traduzem *opiniões* dos entrevistados e nada informam sobre o *comportamento efetivo* das diversas categorias. Contudo,

malgrado essa restrição, a nosso ver, não deixam de prestar informações para a interpretação das atitudes dos respondentes ante a greve. A primeira observação a ser feita incide sobre a porcentagem relativamente elevada de trabalhadores que, em ambas as tabelas, rejeitam peremptoriamente a greve como instrumento para a obtenção de suas reivindicações. O dado significativo, aqui, é que as opiniões mais hostis à greve encontram-se precisamente entre os trabalhadores mais urbanizados (Na tabela 44, 50% dos *Mod.* responderam taxativamente que as greves não contribuem para a melhoria da situação dos operários contra 35% dos *Trad.*) Por outro lado, os sindicalizados, em comparação com os não sindicalizados, ofereceram índices mais elevados de opiniões positivas a respeito da greve.

Qual o significado ou o sentido das diferenças observadas nas respostas das diversas categorias? Infelizmente, os limites da pesquisa não permitem oferecer respostas mais categóricas nesta área. Contudo, uma vez que algumas tendências e orientações se repetem em diferentes tabelas, parece possível destacar certas indicações que devem ser aceitas com as reservas apontadas e que valem, ao mesmo tempo, como hipóteses para futuras investigações sobre o comportamento dos grupos operários. Assim, parece que a *urbanização não se encontra relacionada com atitudes e opiniões favoráveis ao sindicato, nem serve tampouco como índice revelador de maior predisposição para a integração sindical e para a participação nas atividades do grupo*. Esta mesma observação já a havíamos feito quando da análise das taxas de sindicalização. Outras investigações, é certo, tem evidenciado a correspondência entre a participação sindical e o tempo de vivência em centros urbanos.<sup>12</sup> Mas a urbanização geralmente significa outros atributos, como nível educacional e profissional superior à média da população operária e, quase sempre, mais tempo de permanência na indústria e na profissão. Quando as pesquisas incidem sobre as lideranças sindicais geralmente se encontram proporções elevadas de dirigentes nascidos em centros urbanos ou vivendo em cidades grandes há bastante tempo. Julgamos que há relações estatísticas, de coincidência entre os dois fenômenos (urbanização e sindicalização), mas não relações causais. *Quando os setores urbanizados dispõem de nível educacional superior aos grupos de trabalhadores originários de áreas*

<sup>12</sup> Por exemplo, as pesquisas já citadas de Michel LOWY e Sara CHUCID, no Brasil, e a de Henry LANDSBERGER, Manuel BARRERA e Abel TORO, no Chile.

*pré-capitalistas, mas são igualmente desprovidos de maior tradição operária, a sua orientação predominante parece ser para a utilização dessas vantagens em termos de uma perspectiva de sucesso individual, que lhes parece proporcionar resultados mais concretos e imediatos do que a pressão coletiva, política e sindical do conjunto da classe.* No caso dos trabalhadores da Empresa Automobilística nascidos no Grande São Paulo, estamos em presença de um grupo operário que, tipicamente, está movido mais por um *projeto de ascensão social* mais do que de simples *melhoria de vida*, tal como ocorre mais geralmente entre os migrantes da agricultura.

O aspecto que parece paradoxal nas tabelas anteriores é a opinião sobre a greve e as atitudes com relação ao sindicato expressadas pelos trabalhadores recentemente chegados a São Paulo (*Trad.*) Já vimos que a porcentagem de sindicalizados, entre eles, é ligeiramente superior à dos *Mod.* Vimos também, nas Tabelas 38 e 39, que os *Trad.*, comparativamente, mostram-se mais propensos a valorizar a greve como arma de pressão contra os patrões para fins de obtenção de reajustamentos salariais. Vimos ainda que foi entre esses trabalhadores de migração recente que a organização sindical mais nitidamente se configurou como uma entidade assistencial. As atitudes ante a greve e o sindicato parecem contraditórias. Infelizmente, não podemos oferecer mais do que simples hipóteses. De um lado, é possível que os *Trad.* valorizem, no sindicato, os serviços que *efetivamente utilizam, isto é*, os serviços médicos. Por outro lado, não se pode excluir que – na ausência de recursos individuais que os capacitem a ascender na empresa e em decorrência do descontentamento mais acentuado que manifestam quanto aos salários – inclinem-se mais fortemente a aceitar a greve. Mas estamos, neste ponto, no terreno das opiniões, pois não foi possível medir a participação efetiva dos diferentes grupos operários em movimentos grevistas, uma vez que ações dessa natureza não ocorreram na Empresa Automobilística. De todo jeito, fica claro que, pelo menos verbalmente, os trabalhadores de origem agrícola, em confronto com os estratos operários mais urbanizados, não se mostram mais refratários à utilização da greve como arma de pressão sobre os grupos patronais. Na verdade, é preciso dizer que a companhia investigada não oferece as melhores condições para o estudo do conflito industrial porque a valorização da empresa e a rejeição do sindicato constituem o denominador comum que aproxima os diversos grupos de operários, sindicalizados e não sindicalizados, mais qualificados e menos qualificados, radicados há mais tempo em São Paulo e aqui chegados

recentemente. Por tudo isso, a Empresa Automobilística constitui antes lugar privilegiado para o exame das atitudes de operários de um país subdesenvolvido que se inserem no moderno sistema de produção e para o estudo das relações industriais que se estabelecem entre, de um lado, um proletariado de baixo nível de escolaridade e formação técnica, desprovido de meios de pressão sindical e política eficiente e, de outro, empresas estrangeiras poderosas que para aqui trazem toda a experiência adquirida no trato com trabalhadores de seus países de origem.